

TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO NOROESTE SUCROALCOOLEIRO DO PARANÁ

Rita de Cássia Pizoli*

ritacpizoli@hotmail.com

Givaldo Alves da Silva**

givaldo33@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O estudo das relações entre trabalho e educação profissional e suas implicações na vida dos jovens e adultos, parte da compreensão das relações econômicas, políticas e ideológicas do atual estágio de reconfiguração do capital, denominado por Chesnais (1998) movimento de “mundialização do capital”, marcado pela flexibilização do trabalho, minimização do Estado, reformas sociais e ideologia da empregabilidade.

Na região noroeste do Paraná, o setor sucroalcooleiro é a maior cadeia produtiva, concentrando 12 das 30 usinas produtoras de álcool e açúcar do Estado do Paraná. A produção ascendente anuncia a construção de mais cinco unidades nessa região para

os próximos anos¹. A literatura a respeito da reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro tem apontado para uma intensificação do trabalho em todos os níveis da cadeia produtiva conforme apontam Alves (1991), Novaes (1993), Cortéz (1993), Paixão (1994), e Pietrafesa (1995). Neste mesmo sentido, em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, a professora Maria Aparecida de Moraes Silva mostra que a intensificação do

¹ De acordo com dados do IBGE (2006) organizados por Ribeiro e Endlich (2008), a concentração canavieira do Estado do Paraná está quase exclusivamente na Região Norte do Paraná, área que engloba três Mesorregiões: Norte Pioneiro, Norte Central e Noroeste. Essas três mesorregiões somam 30.943.754 toneladas, o que corresponde a 91,2% da produção total do Estado. Das três, a Noroeste apresenta os maiores valores, pois produziu em 2006, 14.548.306 toneladas, representando 42,8% da produção do Estado no mesmo ano.

* Professora Assistente do Departamento de Educação da **FAFIPA** - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba e coordenadora do grupo de pesquisa institucional “GETESS - Grupo de Estudos sobre Trabalho e Educação no Setor sucroalcooleiro do Noroeste do Paraná”.

** Professor do Departamento de Ciências Sociais da **FAFIPA**, Coordenador do GETESS, e membro do GENTT – Grupo de Estudos Sobre Trabalho e Novas Tecnologias da UEL.

trabalho no corte de cana, por exemplo, tem levado o trabalhador a ter uma vida útil inferior à do período da escravidão (ZAFALON, 2007).

Partindo do mapeamento das relações de trabalho nesse setor produtivo, que representa a maior parte da economia da região e também uma parcela considerável de geração de renda para o país, já que o Paraná soma atualmente um terço da produção do Estado de São Paulo, estado responsável por mais de 50% da produção nacional (RIBEIRO; ENDLICH, 2008), pretendemos estabelecer os nexos entre a precarização estabelecida nos postos de trabalho dessa cadeia produtiva e a formação que vem sendo oferecida ao jovem e adulto nos cursos de ensino profissional da região.

Os pressupostos da tese anunciada por Kuenzer (2006, p. 79) resume a pedagogia do trabalho na acumulação flexível:

Do ponto de vista do mercado, ocorre um processo de exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para incluí-la de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Já do ponto de vista da educação, estabelece-se um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força de políticas públicas “professadas” na direção da democratização, aumenta a inclusão em todos os pontos da cadeia, mas precarizam-se os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, os quais

não asseguram nem inclusão, nem permanência.

Essa afirmação chama a atenção para o processo de exclusão includente por parte do mercado e ao mesmo tempo para a inclusão excludente por parte do sistema educacional, que acabam por se completar e garantir a continuidade de exploração e precarização do trabalhador. Essa constatação propõe várias questões: no setor sucroalcooleiro, o setor de maior produção da região noroeste do Paraná, como ocorre o processo de exclusão dos trabalhadores? Como o sistema educativo vem implementando o processo de inclusão desses trabalhadores? Quais as contradições presentes entre setor produtivo e políticas educacionais profissionalizantes?

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas pistas de reflexão sobre os vários aspectos envolvidos na mediação entre as categorias trabalho e educação profissional: a reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro e de relações de trabalho estabelecidas nesta cadeia produtiva na região; as medidas de natureza corretiva dos ajustes e da mecanização e seus impactos sobre os trabalhadores; as oportunidades de educação profissional

formal oferecida nos cursos públicos após o decreto 5154/04; os mecanismos ideológicos que atuam no currículo dos cursos e suas conseqüências para a qualificação pautada no paradigma neoliberal das competências e habilidades, formação tácita e aligeirada, que compõem a ideologia da empregabilidade.

Pretende-se ainda fornecer elementos para a compreensão inicial das contradições, limites e positivities do movimento que envolve a formação dos jovens e adultos na região noroeste do Paraná, onde predominam as relações precarizadas do setor sucroalcooleiro e as promessas de formação profissional por meio dos cursos propostos pelo PNQ (Plano Nacional de Qualificação), dos Ministérios da Educação e do Trabalho.

METODOLOGIA

Para se compreender as mediações entre trabalho e educação há que se empreender a análise da totalidade das relações nas quais elas se inserem. Nesse sentido, é imprescindível que as análises se dêem à luz da história. As relações educacionais só podem ser compreendidas a partir do contexto social e, nesse sentido, cabe aqui salientar os laços que se estabelecem entre o singular e o universal. Nesse sentido, considera-se a questão

estudada como parte constitutiva e conseqüente das mudanças macroeconômicas operadas na atual fase de reestruturação produtiva do capital e reconfiguração do Estado, tendo como focos principais as relações de trabalho no setor sucroalcooleiro e as políticas educacionais para a educação profissional na região delimitada.

Toma-se o trabalho como categoria principal, relação social que estrutura o modo de existência humano. Se o trabalho é o princípio da existência humana, logo entendemos que é também o princípio da formação humana, assim, o trabalho é princípio educativo. O trabalho pode gerar tanto condições de emancipação como de alienação. Por isso, analisamos as inter-relações entre as categorias educação e trabalho dentro do contexto atual, onde a contradição é elemento importante para a compreensão da realidade.

Como Manacorda, entendemos que a omnilateralidade é condição e resultado de uma sociedade pautada em uma sociabilidade oposta à capitalista, e é uma perspectiva a ser perseguida diante das propostas de educação unilateral que se apresentam no bojo das reformas neoliberais. Para o autor,

[...] a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo

e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (MANACORDA, 2007, p. 81).

Dessa forma, a educação é analisada a partir das relações atuais do mundo do trabalho, tendo como horizonte a construção de uma política educacional emancipatória, que não desvincule da formação humana e da busca da transformação do processo produtivo pautado por uma sociabilidade igualitária.

RESULTADOS

Os resultados aqui apresentados se referem basicamente à primeira parte do projeto, ou seja, à pesquisa bibliográfica que vem sendo executada. Os dados que estão sendo coletados serão analisados em etapa posterior à luz da bibliografia pesquisada.

ESTRATÉGIAS DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO FRENTE ÀS MUDANÇAS MACRO-ECONÔMICAS

De acordo com Antunes (2002), o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, a privatização acelerada, o enxugamento do Estado, as políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital (FMI, Banco Mundial) fazem parte de um processo destrutivo que tem assolado a (des)sociabilização contemporânea, condição para a manutenção do sistema de metabolismo social do capital, apontada por Mészáros (1995). Entre os piores aspectos desse movimento estão o desemprego e uma enorme precarização do trabalho. Não se constata o aumento da qualificação do trabalho para a objetivação de atividades cerebrais, mas a intensificação levada ao limite das formas de exploração do trabalho.

Ao estudarmos as relações de trabalho na cadeia produtiva sucroalcooleira, percebemos que a flexibilização dos processos de produção no setor, até 2017 gerará 80% de desempregos entre os trabalhadores cortadores-de-cana, com a mecanização da colheita.

Diferente de outros setores que chegaram a experimentar melhores níveis de renda no período keynesiano/fordista, o trabalho no corte da cana-de-açúcar é historicamente conhecido como uma das formas mais precárias de trabalho. No Brasil, desde o império, com o uso da força-de-trabalho escrava a cana-de-açúcar foi e tem sido uma substancial fonte de riquezas.

Atualmente a produção de cana está em terceiro lugar no volume de terras cultivadas no Brasil, perdendo apenas para a soja e para o milho. Entretanto, se considerados os valores brutos da produção, a cana toma o segundo lugar, deixando o milho em terceiro. Logo, o setor sucroalcooleiro é bastante significativo na composição da economia nacional.

O mesmo setor que atravessa os séculos mantendo sempre um nível de importância econômica relevante é também o setor onde as relações de trabalho se mantêm entre os níveis mais precários (GRAZIANO DA SILVA, 1997). Neste sentido, Cortéz (1993) observa que, se por um lado os benefícios do período áureo do keynesianismo/fordismo foram pífios para os trabalhadores do corte de cana, por outro, a intensificação e a precarização das condições de trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva

levado a cabo a partir dos anos 90, têm atingido sobremaneira estes trabalhadores.

O petróleo que a partir do início do século XX se tornou a principal matriz energética de nossa civilização trouxe consigo importantes soluções econômicas e pode-se dizer que possibilitou uma revolução na forma de vida do homem moderno. Entretanto, alguns fatores importantes — decorrentes do uso crescente deste combustível — tem colocado em cheque a reprodução do modelo de vida moderno, baseado no consumo do petróleo.

Está entre esses problemas a questão ambiental. Estudos baseados na teoria do efeito estufa, como consequência da emissão de gases causadores desse efeito, coloca a queima de combustíveis fósseis como o maior vilão do aquecimento. Além da questão ambiental, outro grande obstáculo à civilização do petróleo, — e certamente o mais relevante do ponto de vista econômico — é o fato de grande parte dos geólogos acreditarem que o pico da produção de petróleo mundial deve acontecer dentro de dez ou vinte anos. Estudos mostram ainda que a maior parte do petróleo a ser explorado está fora dos territórios dominados ou pertencentes aos países que mais consomem os combustíveis fósseis. São exemplos de regiões que ainda não atingiram o pico da produção os países do Oriente médio e da

África, cujas reservas ainda estão longe de alcançar a curva de Hubbert (SACHS, 2005).

Diante de tais problemas que ameaçam em médio prazo a reprodução da civilização humana, grandes apostas têm sido feitas na chamada “energia verde”, proveniente dos biocombustíveis que, ao contrário dos combustíveis fósseis, são fontes de energia renováveis.

Neste sentido, o Brasil que na década de setenta instituiu o programa Pró-álcool para fazer frente aos picos da crise de petróleo que ocorreram com grande intensidade nos anos de 1973 e 1979, desde então vem acumulando tecnologia para a produção e para o uso dos biocombustíveis, notadamente aqueles que são derivados da cana-de-açúcar.

A experiência e a capacidade produtiva brasileira têm levado o governo a ser um grande defensor da substituição dos combustíveis fósseis pelos biocombustíveis. Em função disso o presidente Lula e o Ministério das Relações Exteriores brasileiro têm sido grandes divulgadores do Álcool combustível junto à comunidade internacional.

Em decorrência de tais perspectivas, e mesmo do aumento da competitividade do etanol frente à alta dos preços do petróleo no mercado internacional, governo e iniciativa privada têm combinado forças no sentido de intensificar a produção da cana-

de-açúcar e do etanol, buscando atender ao mercado nacional e ampliar a oferta do combustível para outros países.

A região noroeste de Paraná, de solo e clima bastante propícios para a cultura da cana-de-açúcar tem sido alvo de grandes investimentos neste sentido, tanto que conforme dados divulgados pelo Jornal Paraná Açúcar e Álcool, dos seis novos projetos de instalação de usinas e destilarias do Estado, cinco desses estão na região noroeste (JORNAL PARANÁ AÇUCAR E ÁLCOOL, 2008).

O setor anuncia com orgulho que, em 2007, segundo levantamento feito por órgãos municipais, estaduais e federais, dentre as empresas que fizeram parte do ranking das 30 maiores empregadoras do Paraná, 12 eram do setor sucroalcooleiro.

Por outro lado, a crescente precarização das condições de vida e de trabalho dos assalariados rurais não aparece nas estatísticas, a não ser nos dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra. Na região noroeste, muitos adolescentes evadem dos anos finais do ensino fundamental para trabalhar no corte de cana. Dedicam os melhores anos da sua juventude ao trabalho informal, não retornando à escola. Nesta região é prática comum dos “gatos”, manterem adolescentes, sem registro, nos diversos setores do trabalho rural. Na cadeia produtiva, eles são os bóias-frias, mão-de-

obra barata, que se submete a trabalhar sem nenhuma garantia trabalhista.

PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROLETARIADO RURAL DO NOROESTE DO PARANÁ

Retomando a história da ocupação da região noroeste do Paraná, podemos perceber que o cenário econômico atual é resultado de um processo de exclusão, que se iniciou contra os indígenas e, posteriormente, o colono, o posseiro e o trabalhador rural.

Como área de passagem entre o estado de São Paulo e o extremo sul do país, o Paraná foi durante séculos, ocupado livremente por índios e pequenos agricultores. Rosa (1997) afirma que os planaltos localizados na bacia do alto Rio Paraná, no último quarto do século XIX eram pouco conhecidos pelo colonizador branco e habitados, sobretudo por grupos indígenas.

A primeira tentativa de ocupação planejada da região noroeste do Estado ocorreu no início do século XX, mais precisamente na década de 20, a partir da iniciativa da Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), com apoio da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (CEFSPRG), que já havia recebido, em 1888, do governo

imperial, as terras situadas entre os rios Paranapanema, Ivaí e Paraná, denominadas Gleba Pirapó.

A história da ocupação da região noroeste do estado do Paraná deve ser tratada como uma (re)ocupação efetivada por meio da expulsão, dominação ou do extermínio das populações que ali estavam há mais tempo. Assim é que Tomazi (1999) verificou, em recortes de jornais da primeira metade do século XX, a freqüente intrusão, bem como a formação de "grilos" na região da antiga Fazenda Brasileira, onde hoje se localiza o município de Paranaíba, no noroeste do estado do Paraná. Apesar do discurso, valorizando o pioneirismo os conflitos pela posse da terra chegaram até a década de 60.

Ao final daquela década, estava realizada a (re)ocupação territorial do Paraná na sua totalidade. Não havia mais terras para serem ocupadas. Os conflitos pela sua posse ou os produzidos pelas formas assumidas pela posse e o uso da mesma, entretanto, não deixaram de existir.

Os primeiros moradores do estado não foram considerados, até os dias de hoje, nesta re-colonização ou em projetos agrários posteriores, o que faz do Paraná um dos contextos agrários mais conflituosos e violentos do Brasil.

A exclusão que se iniciou contra os indígenas e se estendeu aos caboclos, posteriormente atingiu outros segmentos sociais. Pode-se dizer que o posseiro, o colono, os trabalhadores volantes e até o pequeno proprietário tinham sido importantes no processo de (re)ocupação até a década de 1960, mas na década seguinte eles já podiam ser dispensados em massa: o capital não necessitava mais deles em tão grande proporção nesta região; podiam ir agora atrás do ouro verde em outro lugar e desenvolver a acumulação primitiva tão necessária ao capital em outras fronteiras. Foram expulsos do “Novo Eldorado” norte-paranaense, e atraídos por outro discurso que afirmava que a “Terra da Promissão” encontrava-se um pouco mais além, quem sabe no Paraguai, em Rondônia ou Mato Grosso (TOMAZI, 1999, p. 81).

Para os trabalhadores que ficaram na região e que sofreram o processo de “modernização” da agricultura, a partir da década de 1970, a alternativa que restou foi a de se tornarem “bóias-frias”, trabalhadores rurais volantes que se deslocam para onde há trabalho. Nesse momento, assim como em outras regiões brasileiras, se fortalece o movimento pela posse da terra.

Na segunda metade da década de 1990, a região Noroeste do Paraná, foi o palco de um conjunto de violências contra

as famílias de trabalhadores/as Sem Terra. Neste contexto, foram vários os despejos violentos e os trabalhadores/as assassinados.

Atualmente, são raras as experiências de produção coletiva nos assentamentos como as que ocorrem no município de Querência do Norte². Os trabalhadores tentam inserir-se no setor sucroalcooleiro, nas redes de abatedouros de aves, colheita de laranja, cultivo da mandioca e no setor de serviços e rede de comércio que se forma em torno dos municípios de pequeno e médio porte da Região. Vão formando um exército de mão-de-obra excedente, sem formação intelectual.

EDUCAÇÃO, TRABALHO E NOVO ENSINO PROFISSIONAL

À medida que o mercado, reestruturado nos moldes da acumulação flexível, vai excluindo os não-capacitados do trabalho formal, o sistema escolar é chamado a incluí-los, com a promessa de torná-los capacitados e aptos a competir profissionalmente. A ideologia da empregabilidade aparece nos cursos que oferecem formação rápida em tecnologia química, meio ambiente ou administração.

² Para maiores informações acerca das práticas de produção coletiva em assentamentos do município de Querência do Norte, ver Perissato e Bandeira, 2008.

A possibilidade de trabalho em cargos de ponta no setor sucroalcooleiro é agora oferecida ao semi-analfabeto, expulso da escola durante a adolescência.

Para Harvey (1992), em tempos de acumulação flexível, o desemprego é conseqüência da reorganização global da força de trabalho em três esferas: um grupo central com poucas pessoas gozando de segurança no trabalho, um segundo grupo, formado por trabalhadores com contrato temporário e um terceiro grupo que se encontra excluído do trabalho formal e do consumo. Um processo de reserva e estabilidade de emprego e seguridade social para poucos profissionais altamente capacitados e que condena elevadas parcelas de trabalhadores à exclusão.

No plano ideológico, afirma Frigotto (2000), desloca-se a responsabilidade social do Estado para o plano individual. Com a ausência de política de emprego e a falta de perspectiva de uma carreira profissional, a sociedade se divide entre os empregáveis e os não-empregáveis. Para os últimos resta-lhes uma procura interminável por um emprego que passa longe do mercado formal.

O discurso da empregabilidade por meio da aquisição de competências e habilidades é absorvido pelas reformas educacionais, perpassando os currículos com a falsa promessa de emprego e

cidadania a partir da qualificação conseguida por meio de esforços individuais.

A partir de 2004, com a revogação do Decreto 2.208-97 e promulgação do Decreto 5.154/2004, que possibilitou a oferta do Ensino Médio Integrado, a rede pública estadual de ensino do Paraná se propôs a estudar e oferecer cursos que estivessem em acordo com as necessidades da economia de cada região do Estado. Assim, pautados na concepção de currículo integrado (integração entre formação geral e técnica) proposta pela nova legislação nacional para o ensino profissional, os estabelecimentos de ensino organizaram para a região Noroeste do Paraná, cursos técnicos voltados para a formação de profissionais para a área de química, meio ambiente e informática. Atualmente foram ampliados cursos para as áreas de saúde e administração.

Para Ciavatta, Frigotto e Ramos (2006), a possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no Ensino Médio, visando uma formação integral do ser humano nas determinações concretas atuais, é condição necessária para a travessia em direção ao Ensino Médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes. Porém, os desafios são imensos, pois, nesta proposta político-pedagógica está explícito um projeto de sociedade que

está na contramão das políticas estruturais em curso.

Nesse sentido, percebemos que os cursos em funcionamento, embora pautados na legislação e concepção politécnica, continuam com o mesmo caráter flexível das propostas para o ensino profissional da década de 90, uma vez que não conseguem romper com o caráter dualista e fragmentário da educação e da sociedade, pautado na divisão trabalho manual e trabalho intelectual.

Por mais que atualmente, nos aspectos legais apareça o discurso da democracia e da integralidade no currículo, sabemos que esse aspecto por si só não muda a realidade dualista que se estabeleceu historicamente na educação brasileira.

Embora a reformulação dos cursos profissionais esteja na contramão do desmonte ocorrido na década anterior, e esteja fundamentada nos pressupostos teóricos da formação politécnica, a mudança se mostra muito lenta, pois, em meio às contradições de uma sociedade, cuja base econômica é excludente, tanto o currículo, quanto a prática pedagógica não correspondem às expectativas dos alunos, imbuídos da ideologia da empregabilidade. A própria prática pedagógica contém elementos contraditórios quando não consegue proporcionar a integralidade, dissociando teoria e prática, esvaziando os conteúdos de sua dimensão crítica.

Outros cursos, propostos pelo Ministério da Educação e do Trabalho visam capacitar e/ou certificar os adolescentes e jovens de baixa renda, entre 14 e 16 anos. Trata-se dos cursos do Projovem e Escola de Fábrica, realizados em parceria com as prefeituras e empresas dos municípios. Entre promessas e currículos permeados pela ideologia da empregabilidade, esses cursos revelam-se interessados na manutenção dos adolescentes em estado de vulnerabilidade social dentro da escola, longe de trabalhos ilegais e práticas anti-sociais. Aproxima-se mais do caráter assistencialista que vem se definindo no campo das políticas públicas brasileiras, voltadas para ações focalizadas nos segmentos mais vulneráveis e pobres da população, do que uma política voltada para o direito universal da educação profissional.

No âmbito da implantação do reajuste econômico pautado pelas reformas neoliberais, observamos uma reforma no estado que repercutem diretamente nas políticas sociais. A lógica universalista passa a ser substituída, por um novo modelo pautado na focalização, o qual implica em elaborar programas para segmentos considerados carentes. Com isto, o Estado passa a cortar gastos sociais atuando prioritariamente por meio de medidas compensatórias e a educação é tomada como estratégia fundamental para

gerar a equidade, compreendida como manutenção da desigualdade social. De acordo com Lara e Mello (2008,p.14),

Para a viabilização da proposta, fomenta-se por parte das agências internacionais a reforma do Estado e das áreas que possam dar suporte à reestruturação pretendida. As políticas públicas sociais, em especial a da educação que assume papel central na proposta, também foi atingida pela reforma. Ao mesmo tempo em que se coloca como instrumento necessário à reestruturação produtiva, imprimindo a legitimação da exclusão social imposta pelo modelo de desenvolvimento orientado, a educação dissemina a conformação de classe e a negação da divisão social, visto que se mostra como um espaço de oportunidades a todos os membros da sociedade [...] A reestruturação produtiva, acrescida de um tipo de formação que tem como fundamento a submissão, uma proposta educacional dualista, tem em sua constituição o atendimento aos interesses de classe. Neste sentido a educação torna-se instrumento de legitimação das desigualdades sociais.

Concomitantemente à investigação bibliográfica que está em curso, estão sendo aplicados os primeiros instrumentos de pesquisa de campo, cujo resultado preliminar indica algumas hipóteses.

A primeira é de que a despeito de tudo o que o senso comum costuma dizer acerca da importância social do setor sucroalcooleiro na geração de emprego e renda da região noroeste do Paraná, as investigações preliminares indicam que a

monocultura da cana tem promovido uma intensa concentração de renda e consequentemente aprofundando as desigualdades sociais na região. Acerca do trabalho no setor sucroalcooleiro, as indicações são de que o trabalho tem sido intensificado com o pagamento de prêmios por produtividade aos cortadores. Há ainda indicativos de problemas sociais decorrentes da presença de migrantes para o corte da cana.

No que concerne à relação entre trabalho e educação diante das novas configurações decorrentes da aplicação de novas tecnologias, tanto no corte, quanto nos diversos processos produtivos inerentes às usinas é possível perceber que a proposta das políticas educacionais para o ensino profissional na região noroeste do Paraná, embora pautadas no discurso da politécnica e educação integrada, pós Decreto 5154/04, vem se organizando em torno do paradigma da ideologia da empregabilidade, oferecendo certificação aligeirada e tácita, contribuindo para a formação de um exército de reserva “qualificado”, que não encontra na ponta tecnológica da cadeia produtiva sucroalcooleira, oportunidades de emprego reais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOPAR. Histórico de produção do setor sucroalcooleiro do Paraná. Disponível em: <<<http://www.jornalparana.com.br/>>> Acesso em: 23 jul. 2008.
- ALVES, F. J. C. **Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto.** Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 1991.
- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo;
- CORTÉZ, K.V. **Inovações tecnológicas e mudanças na organização do trabalho: o surgimento de um novo tipo de trabalhador na cultura canavieira na região de Ribeirão Preto.** Tese de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 1993.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154/04, de 23 de julho de 2004.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>>. Acesso em 22 out. 2009.
- CIAVATTA, M; FRIGOTTO, G; RAMOS, M. A gênese do Decreto nº 5154\2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.
- CHESNAIS, F. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1998.
- FRIGOTTO, G. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** São Paulo: Cortez; Argentina: CLACSO, 2002.
- _____. **Educação e crise do capitalismo real.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **De bóias-frias a empregados rurais: canavieiros paulistas de Guariba e de Leme.** Alagoas, EDUFAL, 1997.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.
- JORNAL PARANÁ AÇUCAR E ÁLCOOL. Usinas e destilarias do Paraná. Disponível em: <<www.jornalparana.com.br/localizacao.php#>>, acesso em 25/11/2008.
- KUENZER, A. Z. **A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão.** Educação e Sociedade, vol.27, nº 96,2006.
- LARA, Â. M. de B. e MELLO, N. A. S. **Reestruturação produtiva com equidade: as concepções de agências internacionais e suas implicações para as propostas de reforma da educação nos anos 1990.** In: VI Seminário do Trabalho, 2008, Marília. VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no Século XXI. Marília : UNESP/Marília, 2008. v. 01. p. 01-16.
- MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna.** Campinas: Alínea, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo, Campinas: Boitempo Editorial; Editora da Unicamp, 2002.
- NOVAES, J. R. P. **Modernização, relações de trabalho e poder: um estudo das transformações recentes na agroindústria canavieira do Nordeste.** Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 1993.
- PAIXÃO, M. J. de P. **No coração do canavial: estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucroalcooleiro e**

das relações de trabalho na lavoura canavieira. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

PERISSATO, E. B.; BANDEIRA, A. S. Assentamentos rurais e desenvolvimento local: o caso de Querência do Norte-Pr. **Anais do I Simpósio sobre pequenas cidades de desenvolvimento local**. Maringá: UEM, 2008. Disponível em: <<http://www.dge.uem.br/semana/eixo4/trabalho_36.pdf. Acesso em 22/10/2009>>.

PIETRAFESA, J. P. **Organização do trabalho na indústria canavieira**: o caso de Goianésia. Tese de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 1995.

RIBEIRO, V. H.; ENDLICH, Â. M. O setor sucroalcooleiro do Paraná: dos engenhos às usinas. **Anais do I Simpósio sobre pequenas cidades de desenvolvimento local**. Maringá: UEM, 2008. Disponível em: <<<http://www.dge.uem.br/semana/eixo4/tr>

abalho_36.pdf. >>. Acesso em 22/10/2009.

ROSA, C. Processo de ocupação e situação atual. in VAZZOLER, A. E. A. de M. *et al*, **A Planície de inundação do alto rio Paraná**: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos. Maringá, EDUEM:Nupelia, 1997.

SACHS, I. Da civilização do petróleo a uma nova civilização verde. **Estudos Avançados**, USP, nº 19 (55), São Paulo, 2005.

TOMAZI, N. D. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: GONÇALVES, José H. R.; DIAS, Reginaldo B. **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá, Eduem, 1999.

ZAFALON, M. Cortadores de cana têm vida útil de escravo em São Paulo. Dinheiro, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de abril de 2007.

PIZOLI, R. de C., SILVA, G. Al da. Trabalho e educação profissional no Noroeste sucroalcooleiro do Paraná. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 2, 31 dezembro 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada102/06givaldo1002.pdf>>. Acesso em: _____. 20__.